



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
12ª VARA CÍVEL
AV. FRANCISCO XAVIER DE ARRUDA CAMARGO, 300,
CampinasSP - CEP 13088-901

SENTENÇA

Processo nº: **1041488-61.2023.8.26.0114**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução**
 Requerente: -----
 Requerido: ----- e outro

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Herivelto Araujo Godoy**

Vistos.

JOÃO BATISTA MENDEZ ajuizou a presente ação de rescisão contratual de bem móvel contra ----- e -----, ----- alegando, em síntese, que no dia 18/08/2023, que adquiriu da primeira ré um automóvel usado com 262.000 km rodados, no valor de R\$ 15.900,00, tendo financiado pela segunda ré. Asseverou, que logo após a compra o veículo começou a apresentar problemas, e então no dia 19/08/2023 decidiu levar o veículo em um serviço especializado de mecânica quando constatou inúmeros defeitos mecânicos e elétricos. Defendeu a existência de vício oculto e requereu a rescisão contratual de compra e venda e financiamento, a devolução do quer foi adiantado, bem como, indenização por danos morais.

Deferida justiça gratuita e pedido liminar para determinar que a ré não insira o nome do autor em órgãos restritivos de crédito por conta do contrato discutido nos autos à parte autora às fls. 49/51.

Devidamente citada, a ré ----- apresentou contestação às fls. 57/72, alegando, preliminarmente, ilegitimidade passiva, carência da ação, ausência de pretensão resistida e incorrência de tentativa de solução extrajudicial. Aduziu, no mérito, que a parte autora e a corré ----- são os únicos que concorrem para os prejuízos alegados, não podendo a ré imputar culpa por eles. Asseverou, no entanto, a ausência de provas de dano material e a

1041488-61.2023.8.26.0114 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
12ª VARA CÍVEL
 AV. FRANCISCO XAVIER DE ARRUDA CAMARGO, 300,
 CampinasSP - CEP 13088-901

inexistência de danos morais indenizáveis. Pleiteou pelo acolhimento das preliminares e a improcedência da ação.

Devidamente citada, a ré ----- (-----), apresentou contestação às fls. 163/168, alegando, preliminarmente, a impugnação do pedido de justiça gratuita. Aduziu, no mérito que as alegações do autor, restringem-se ao mero descontentamento pois, não pode o revendedor arcar com as responsabilidades, visto que cabe o adquirente/comprador experimentar e testar o veículo, dentro do prazo previsto no CDC, sendo assim, não pode o referido se responsabilizar por deficiência ou imperfeições advindas da fabricação ou, dos desgastes naturais do bem. Pleiteou pela improcedência da ação.

Houve réplica às fls. 178/183.

As partes não requereram provas.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O feito comporta julgamento no estado em que se encontra nos termos do artigo 355, I do Código de Processo Civil, com fulcro no entendimento do STJ: *“É permitido ao juiz proceder ao julgamento antecipado da lide quando, sendo a questão de direito e de fato, não houver necessidade de produzir provas em audiência”* (STJ, Recurso Especial 252997/SP).

Inicialmente, rejeito a preliminar de ilegitimidade do banco requerido, pois o autor busca à rescisão do contrato de venda e compra de veículo incluindo-se o de financiamento, bem como, indenização por danos morais, de modo que o direito invocado guarda relação subjetiva com o banco réu. Se o autor tem direito ou não é questão de mérito.

Ademais, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, as condições da ação, aí incluída a legitimidade para a causa, devem ser aferidas com base na teoria da asserção, isto é, à luz das afirmações deduzidas na petição inicial.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
12ª VARA CÍVEL
AV. FRANCISCO XAVIER DE ARRUDA CAMARGO, 300,
CampinasSP - CEP 13088-901

Neste sentido, destaco o seguinte julgado do STJ:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LEGITIMIDADE PASSIVA. TEORIA DA ASSERÇÃO. SÚMULA Nº 83/STJ. CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS. GESTÃO COMERCIAL. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. 1. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, as condições da ação, aí incluída a legitimidade para a causa, devem ser aferidas com base na teoria da asserção, isto é, à luz das afirmações deduzidas na petição inicial. 2. O revolvimento quanto à gestão comercial dos serviços objeto de contrato de concessão (esgotamento sanitário e abastecimento de água), firmado entre as partes, esbarra nos enunciados das Súmulas nºs 5 e 7/STJ. 3. Agravo interno não provido. (STJ, AgInt no AREsp n. 966.393/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, 3ª T., j. 07/02/2017).

Igualmente, afasto a carência de ação por falta de interesse processual, uma vez que o próprio conteúdo da contestação revela a resistência do réu em satisfazer o direito reclamado pelo autor.

No mérito, o pedido é improcedente.

Trata-se de ação redibitória cumulada com indenização por danos morais, alegando o autor a existência de vício oculto no veículo por ele adquirido e vendido pela primeira ré e financiado pelo banco corréu.

O autor adquiriu veículo com dezoito anos de uso e com 262.000 km rodados, sem, contudo, tomar as cautelas de praxe para se proteger de eventuais problemas mecânicos que o veículo naturalmente poderia apresentar, considerando a idade e a alta quilometragem já rodada.

Para a aquisição do veículo usado e as regras de experiência comum permitem concluir que o dever de cautela recai sobre o adquirente de bem, a quem compete buscar auxílio técnico para a realização de vistoria prévia por profissional qualificado, sob pena de assumir o risco do negócio, não lhe sendo dado, depois, invocar a caracterização vício oculto.

Ademais, os defeitos relatados nos orçamentos de fls. 27/29 apontam que não se trata de vício oculto, pois era de fácil constatação caso o autor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
12ª VARA CÍVEL
AV. FRANCISCO XAVIER DE ARRUDA CAMARGO, 300,
CampinasSP - CEP 13088-901

tivesse submetido à avaliação de um mecânico de sua confiança.

Os defeitos apresentados decorrem do tempo e desgaste natural das peças, mormente em se tratando de veículo de dezoito anos e altamente rodado, de forma que não há que se cogitar de vícios ocultos.

Neste sentido, *mutatis mutandis*, destaco os seguintes julgados:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE VEÍCULO USADO COLIGADO A CONTRATO DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO. VÍCIOS OCULTOS NÃO COMPROVADOS. DESGASTE NATURAL. IMPROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DA AUTORA. RECURSO DESPROVIDO. I. Caso em exame 1. Apelação interposta pela autora contra sentença que julgou improcedente a ação, na qual pleiteava a nulidade do contrato de compra e venda de veículo usado em razão de supostos vícios ocultos. A sentença concluiu que os defeitos relatados decorrem do desgaste natural de um veículo com mais de 14 anos de uso, e que a autora não comprovou os vícios alegados. II. Questão em discussão 2. Há duas questões em discussão: (i) definir se os defeitos apresentados no veículo configuram vícios ocultos e se justificam a nulidade do contrato; (ii) determinar se houve comprovação dos danos materiais e morais alegados pela autora. III. Razões de decidir 3. O veículo adquirido, fabricado em 2006/2007, apresentava desgaste natural em razão do tempo de uso, o que não caracteriza vícios ocultos que impeçam sua utilização. 4. A autora não se desincumbiu do ônus de provar a existência dos vícios ocultos, conforme exigido pelo art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil. 5. Em veículos usados, cabe ao comprador verificar previamente o estado do bem, sendo que defeitos decorrentes de desgaste natural não ensejam redibição ou indenização. IV. Dispositivo e tese 6. Recurso desprovido. Tese de julgamento: 1. Em casos de compra e venda de veículo usado, defeitos decorrentes do desgaste natural pelo tempo de uso não configuram vícios ocultos que justifiquem a rescisão contratual. 2. A comprovação de vícios ocultos no veículo é ônus do comprador, nos termos do art. 373, I, do CPC. Dispositivos relevantes citados: CDC, arts. 18, § 1º, II; CPC/2015, art. 373, I. Jurisprudência relevante citada: TJSP, Apelação Cível 1001569-94.2021.8.26.0224, Rel.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
12ª VARA CÍVEL
 AV. FRANCISCO XAVIER DE ARRUDA CAMARGO, 300,
 CampinasSP - CEP 13088-901

José Augusto Genofre Martins; TJSP, Apelação Cível 1000240-25.2023.8.26.0338, Rel. Lidia Conceição. (TJSP; Apelação Cível 1002749-26.2022.8.26.0220; Relator (a): Rosana Santiso; Órgão Julgador: Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma IV (Direito Privado 2); Foro de Guaratinguetá - 1ª Vara; Data do Julgamento: 18/09/2024; Data de Registro: 18/09/2024).

COMPRA E VENDA – VEÍCULO USADO – Ação "redibitória c/c perdas e danos e rescisão contratual" julgada improcedente – Recurso do autor insistindo na tese de existência de vício oculto no automóvel Veículo usado adquirido em "feirão" de vendas, com mais de 96.000 km rodados - Reparos mencionados nos autos com relação a pneus, fechadura e suspensão, que são compatíveis com a idade do veículo (aproximadamente oito anos) e o desgaste natural e previsível do tempo e uso – Falta de vistoria prévia do autor para averiguação do automóvel, com profissional de sua confiança e com conhecimentos técnicos, para fornecer elementos a fim de concretizar a aquisição do bem usado no estado Alegação de superaquecimento do motor e motor fundido – Vício oculto não comprovado Comprometimento do motor que pode ser atribuído ao alegado vício, ou ao mau uso e falta de manutenção adequada do veículo – Ausente nos autos prova técnica sobre as alegações autorais, tendo o autor permanecido silente quando instado a manifestar-se sobre a indicação e produção de provas – Vício oculto, nexo e responsabilidade da vendedora não comprovados – Condenação da ré ao pagamento de infração de trânsito cometida anteriormente ao negócio celebrado entre as partes – Recurso provido em parte. (TJSP; Apelação Cível 1011182-53.2019.8.26.0566; Relator (a): José Augusto Genofre Martins; Órgão Julgador: 31ª Câmara de Direito Privado; Foro de São Carlos - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 17/05/2022; Data de Registro: 17/05/2022).

Mesmo que assim não fosse, não caberia a imposição de indenização para reparação de danos morais, porque o fato objeto da demanda (defeito em veículo com cerca de dezoito anos de uso e alta quilometragem) não tem, em princípio, o condão de gerar esta modalidade de dano, tratando-se de situação que se insere dentre os contratempos corriqueiros da vida, não exigindo, salvo situação extraordinária, que evidentemente não é o caso dos autos, a imposição de indenização, na linha do seguinte



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE CAMPINAS
FORO DE CAMPINAS
12ª VARA CÍVEL
AV. FRANCISCO XAVIER DE ARRUDA CAMARGO, 300,
CampinasSP - CEP 13088-901

1041488-61.2023.8.26.0114 - lauda 5

precedente do STJ:

RESPONSABILIDADE CIVIL.

INDENIZAÇÃO. DANO MORAL INEXISTENTE. VERBA INDENIZATÓRIA AFASTADA. O mero dissabor não pode ser alçado ao patamar do dano moral, mas somente aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige (STJ, Resp 714611/PB, Rel. Min. César Asfor Rocha, 4ª Turma, j. 12/09/2006).

Assim, não há como reconhecer o alegado vício oculto e a reponsabilidade da vendedora requerida, sendo a improcedência do pedido a medida impositiva.

Ante o exposto, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido formulado por ----- contra ----- e -----, -----, revogando-se a liminar deferida anteriormente.

Em face da sucumbência, condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, assim como com o pagamento de honorários advocatícios em favor de cada parte adversa, que fixo em 10% sobre o valor da causa, observando, porém, o benefício da justiça gratuita concedido. **P. R. e I.**

Campinas, 20 de janeiro de 2025 (nesta data em razão do acúmulo de serviço ao qual não dei causa).

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

1041488-61.2023.8.26.0114 - lauda 6